

# ATITUDE AO ENDIVIDAMENTO E AS DIFERENÇAS NO GERENCIAMENTO FINANCEIRO, VARIÁVEIS SOCIOECONÔMICAS, DEMOGRÁFICAS E DE PERFIL NO RIO GRANDE DO SUL

## Resumo

O objetivo foi identificar quais comportamentos influenciam na atitude ao endividamento, avaliando o papel da gestão financeira, das variáveis socioeconômicas, demográficas e de perfil. Foram pesquisadas 1.577 pessoas no Rio Grande do Sul e aplicadas técnicas de estatística descritiva, análise fatorial confirmatória e análise de regressão múltipla. Resultados revelam que pessoas casadas, com moradia própria, renda acima de R\$ 7.000,01, com poupança e controle de gastos, possuem atitude favorável quanto ao gerenciamento financeiro pessoal, distanciando-se da possibilidade de endividamento. Já pessoas com escolaridade de 5ª a 8ª série, que possuem dívidas e carnê de loja possuem atitudes desfavoráveis no que tange o endividamento.

## 1 INTRODUÇÃO

A disponibilidade e aceitabilidade do crédito são crescentes nas economias mundiais. Por outro lado, no Brasil somente quatro em cada dez consumidores se sentem seguros para gerir e organizar a própria vida financeira (SPC, 2016). Portanto, a facilidade de acesso ao crédito em uma situação inconsistente de gerenciamento financeiro pode levar o consumidor ao endividamento e a inadimplência.

Tal situação torna-se agravante na medida em que estudos indicam o aumento do endividamento e inadimplência das famílias brasileiras. Pesquisa de abril de 2016 da Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC) mostra que dos entrevistados 59,6% estão endividados, 23,2% possuem contas em atraso e 8,2% não terão condições de pagar suas contas (CNC, 2016).

Dentre as principais formas de endividamento, destaca-se o cartão de crédito, seja pela segurança do uso, possibilidade de aumentar o poder de compra, ou pela possibilidade de parcelamento (MEDEIROS et. al, 2014). Contudo, apesar dos pontos positivos do uso do cartão de crédito e por tratar-se de um item de fácil acesso, muitos consumidores não o utilizam de forma adequada, não conseguindo pagar o valor total da fatura e precisando arcar com as altas taxas de juro do cartão que têm crescido rapidamente, passando de 115% em 2013 para 431 % em 2016.

Salienta-se que o uso do cartão de crédito representa atualmente a principal causa da dívida das famílias (77,3% delas). Os carnês (16,7%), os financiamentos de carro (12%) e os créditos pessoais (10,8%) também são instrumentos importantes de endividamento familiar (CNC, 2016).

A atitude ao endividamento é vista por Moura (2005) como uma situação em que os indivíduos são mais predispostos à contração de obrigações financeiras sem condições de pagamento. Dentre os fatores que podem influenciar a atitude ao endividamento destacam-se a gestão financeira e variáveis socioeconômicas, demográficas e de

perfil. A gestão financeira familiar é um aspecto de extrema complexidade na consolidação de uma estrutura sólida em termos monetários e parte desde os cuidados com questões domiciliares, como vestuário e alimentação, até aspectos como gestão de caixa, gestão do crédito, acumulação de capital, gestão da aposentadoria e planejamento imobiliário (PORTER; GARMAN, 1993).

No que se refere à relação da atitude ao endividamento com as variáveis socioeconômicas, demográficas e de perfil, tem-se diversos estudos e abordam essa temática (PLAGNOL, 2011; KEESE; SCHMITZ, 2011; DINIZ, 2014). Em relação ao gênero, por exemplo, têm-se duas concepções distintas. Alguns autores evidenciam as mulheres como mais propensas ao endividamento (CARVALHO; ALVES, 2010; TRINDADE; RIGHI; VIEIRA, 2012; VIEIRA et al., 2014), já outros evidenciam os homens (MULLER, 2010; WANG; LU; MALHOTRA, 2011; LUCENA; MARINHO, 2013). Nas variáveis idade e escolaridade, a atitude mais favorável às dívidas é dos indivíduos mais novos e daqueles que possuem menor nível de escolaridade (PONCHIO, 2006; VIEIRA, FLORES, CAMPARA, 2015). Ao avaliar a relação entre a variável estado civil e endividamento, Gathergood (2012); Mendes-Da-Silva, Nakamura e Moraes (2012) e Vieira, Flores e Campara (2015) observaram que os indivíduos solteiros possuem maior propensão ao endividamento e possuem maiores níveis de sobre-endividamento.

Diante do exposto, o presente estudo visa identificar quais comportamentos influenciam na atitude ao endividamento, avaliando especificamente o papel da gestão financeira e das variáveis socioeconômicas, demográficas e de perfil. Para tanto foi utilizada a escala de atitude ao endividamento sugerida por Moura (2005) e foram aplicadas as técnicas de análise fatorial confirmatória e análise de regressão múltipla.

A importância do estudo decorre do fato de que o endividamento seguido da inadimplência não põe em questão apenas o equilíbrio orçamentário do indivíduo ou dos seus familiares, mas também leva a implicações de ordem social, psicológica e problemas de saúde, como marginalização, exclusão, alcoolismo, dissolução das famílias, dificuldade no trabalho, etc. Além das fortes implicações em termos pessoais e familiares, e dos graves problemas psicológicos e sociais que lhe estão associados, é natural que a proliferação de casos de famílias incapazes de cumprir os seus compromissos financeiros acompanhe também implicações no cenário econômico do país (CNC, 2016; SPC, 2016; ZERRENER, 2007).

Na atual situação financeira do país, a qual está atrelada a perspectivas negativas tem-se que a dificuldade para gerenciar os recursos acaba por elevar os percentuais de endividamento e inadimplência (CNC, 2016). Como inovação destaca-se a falta de pesquisas científicas que avaliem o impacto concomitante do gerenciamento financeiro, das variáveis socioeconômicas, demográficas e de perfil na atitude ao endividamento.

## 2 ATITUDE AO ENDIVIDAMENTO

O nível de endividamento da população elevou-se significativamente, dado o contexto econômico dos últimos anos (CNC, 2016; SPC, 2016). Salienta-se que nem sempre o endividamento é ruim, uma vez que pode ser também encarado como uma estratégia do consumidor num contexto de crescimento econômico, como quando realiza-se um financiamento para ser adquirida uma casa, ou bens materiais de longa duração (MARQUES *et al.*, 2000). Contudo, torna-se um problema quando o indivíduo compromete uma parcela de sua renda superior as suas disponibilidades. Essa condição é denominada sobre-endividamento, conceituada como a incapacidade de quitar as dívidas contraídas (FRADE *et al.*, 2008; FERREIRA, 2006; KEESE, 2012).

Um caso ainda mais grave de dívida é a inadimplência, onde o indivíduo contrai um montante tão elevado de saldo devedor que ultrapassa suas condições de pagamento e assim os prazos pré-estabelecidos não são cumpridos (OLIVATO; SOUZA, 2007). De acordo com Herling *et al.* (2013), o sujeito torna-se inadimplente devido aos impactos que pode sofrer na sua renda. Esses impactos determinam os limites e as restrições orçamentárias de cada consumidor.

Segundo Keese (2012) o endividamento é influenciado por expectativas pessoais e pelo ambiente sócio-econômico, ou seja: aspectos subjetivos e aspectos objetivos. Outra classificação traz o conceito de endividamento macroeconômico e endividamento microeconômico. O endividamento macroeconômico está relacionado com variáveis mais amplas, que conseguem captar as mudanças do ambiente, como taxa de juros e inflação. No endividamento macroeconômico, busca-se compreender principalmente o endividamento de determinado país ou economia. Já, o endividamento microeconômico está ligado a fatores pessoais do indivíduo, sem considerar as características do ambiente. Este tipo de endividamento é utilizado para avaliar principalmente a origem do endividamento pessoal, considerando aspectos como a percepção do dinheiro, do risco, a idade, o gênero, escolaridade, etc.

As situações de endividamento, seguido de sobre-endividamento e até mesmo inadimplência representam adversidades financeiras que estão cada vez mais eminentes. Tal fato deve-se a ampla disseminação de produtos financeiros, oferta de crédito (BRAIDO, 2014), campanhas apelativas de marketing (LUCKE *et al.*, 2014) e surgimento de eventualidades que exigem desembolsos imediatos, (SANTOS; SILVA, 2014). Outros aspectos que devem ser considerados são comportamentais, como o mau uso do cartão de crédito, as compras compulsivas, o materialismo, a falta de planejamento e controle dos recursos financeiros e o baixo nível de conhecimento financeiro (TOLOTTI, 2007; PICCINI; PINZETTA, 2014; SANTOS; SILVA, 2014).

Como consequência do endividamento, devido as diferentes causas apresentadas, tem-se à exclusão financeira, ou seja, o indivíduo fica isolado dos ambientes financeiros, com dificuldades de acesso ao crédito, ou até mesmo sem a posse de uma conta bancária (ANDERLONI; VANDONE, 2010). Além disso, as dívidas geram consequências para vida social das pessoas. Segundo o Observatório de Endividamento dos Consumidores da Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra (2002) o endividamento gera muitas vezes preconceito por parte de amigos e familiares que

não admitem que alguém, por falta de controle ou qualquer outra justificativa possa chegar a essa situação, havendo a exclusão social. Essa hostilidade é ainda maior entre os cônjuges que por não aceitarem as decisões financeiras de seu parceiro(a) acabam, em alguns casos, gerando dissolução da família.

Na pesquisa intitulada “O lado avesso do sistema consumo-crédito: (super)endividamento do consumidor“, realizada no PROCON/RS por Hennigen (2012), foi observado que a maior parte dos entrevistados sentem mal-estar por estarem endividados e pela dificuldade de conseguir saldar os compromissos. E, ao refletir sobre seu (super)endividamento e expor as vicissitudes da sua vida em função do mesmo, os consumidores trouxeram uma gama de sentimentos que lhes acometia. Assim, o mal-estar psicológico sentido foi expresso como ansiedade, vergonha, stress, sentimento de impotência, de culpa, de humilhação, angústia, pânico, desânimo, dentre outros. Tais sentimentos compunham e mesclavam-se aos sofrimentos de diferentes ordens que relataram experimentar: depressão, insônia, afetação das relações familiares, falta de perspectiva para soluções de problemas (HENNIGEN, 2012). Nesse âmbito, Keese e Schmitz (2011) apontam sensações e problemas relatados por pessoas endividadas, tais como problemas de saúde, estresse e angústia, menor percepção da capacidade de gerenciamento do dinheiro, menor sensação de Bem-estar Financeiro e emoções negativas.

Além dos efeitos para os indivíduos, casos de endividamento excessivo, sobre-endividamento e inadimplência trazem impactos negativos para a sociedade, uma vez que o aumento da dívida origina um decréscimo na taxa de crescimento da economia de um país, pois as famílias ao estarem endividadas não tem tanta capacidade para o consumo o que faz com que a economia de um país entre em recessão (SPC, 2016; CNC, 2016; MORAIS, 2013). Diante dessas situações, no estudo do Banco Central do Brasil (2014) observa-se a importância de estratégias para sair do endividamento, as quais são: controlar o orçamento por meio de planilha financeira; utilizar no máximo um cartão de crédito, cancelando os demais; economizar, poupar dinheiro e ter reserva financeira; não aceitar muitas linhas de crédito nem limites elevados; aceitar propostas de renegociação de dívida apenas se o credor reduzir juros; e não parcelar as compras em muitas vezes. Ainda, Miotto (2013) destaca o autocontrole como uma atitude muito positiva em relação a menores níveis de endividamento, favorecendo o gerenciamento das despesas, bem como com a propensão de planejar e ainda coíbe o ato de compras compulsivas pelos indivíduos.

## 2.1 GERENCIAMENTO FINANCEIRO FAMILIAR

Organizar as finanças exige disciplina e, nesse sentido para as famílias, o gerenciamento financeiro pode se tornar o maior obstáculo a ser superado. Muitos indivíduos não controlam quanto gastam, não sabem quanto pagam de juros, não se planejam para imprevistos, desconhecem o valor de seus rendimentos mensais e ainda assumem ser pessoas desorganizadas financeiramente (SPC, 2016). Constata-se que 45,8% dos brasileiros não realizam um controle sistemático do seu orçamento, sendo que 29,3% o fazem apenas “de cabeça”, ou seja, recorrem a um método pouco

confiável para organizar suas finanças. Do percentual que utiliza algum método organizado para gerenciar seus recursos financeiros, o mecanismo mais comum é o caderno de anotações (29,8%), seguido pela planilha (21,0%) e pelos aplicativos digitais (3,1%) (SPC, 2016).

Pesquisar preços antes de adquirir um produto, juntar dinheiro para comprar algo à vista, pechinchar, mudar o local de compra por outro com preços melhores, poupar ou investir e economizar com as despesas da casa são as práticas que os consumidores brasileiros consideram mais importantes, no entanto a prática ainda não é frequente no cotidiano. Outro dado alarmante é o fato de que apenas três em cada dez brasileiros admitem nem sempre saber qual será a sua renda total do próximo mês (CNC, 2016; SPC, 2016). Budescu e Taylor (2013) corroboram, evidenciando que estas questões são ainda mais importantes entre famílias mais pobres, pois devido à escassez de recursos, são necessárias mais habilidades no seu uso (RÊGO; PINZANI, 2013).

Também é considerável o percentual de consumidores que se perdem na quantidade de compras parceladas, que nem sempre se atentam ao número de prestações que já possuem quando parcelam uma nova compra a prazo. Quando o assunto são os gastos com juros, encargos, taxas e tarifas bancárias, o conhecimento também é insuficiente, muitos afirmaram nem sempre saber os valores gastos anualmente com essas despesas (CNC, 2016; SPC, 2016).

Entretanto, para o bem-estar financeiro é necessário equidade entre receitas e despesas, tendo as famílias que analisar com precisão quais as suas fontes de renda e quais suas prioridades, pois gastos supérfluos podem incorrer em detrimento de despesas com necessidades básicas da família (CAMPARA, 2016; PORTER; GARMAN, 1993). Essas habilidades são inerentes ao gerenciamento financeiro, que pode ajudar as famílias a cumprirem suas obrigações de curto e longo prazo. Para tanto, é importante que os indivíduos sejam dotados com conhecimento financeiro necessário para elaborar orçamentos, iniciar planos de poupança, e fazer investimentos estratégicos (CAMPARA, 2016). Entretanto, não é a falta de conhecimento que impede os brasileiros de colocar a vida financeira em ordem, pois pesquisas revelam que possuem conhecimentos mínimos sobre quais atitudes tomar para fazer o controle de suas finanças, mas acabam falhando na hora de colocar as ideias em prática (CNC, 2016; SPC, 2016).

Salienta-se também, que ao longo dos anos, as estratégias familiares na busca pela maximização dos recursos à sua disposição vem se alterando. Dentre as mudanças, está a prática de reunir a renda obtida em um orçamento comum e despendê-la segundo critérios estabelecidos no âmbito da unidade familiar, com o objetivo de atender da melhor forma possível às necessidades de seus diversos membros (ALMEIDA; CARVALHO, 2003). Os autores ressaltam que a receita gerada deve ser do conhecimento de todos os membros da família, para que as metas pessoais sejam alinhadas de acordo com o montante da receita com objetivo de comprometer apenas parte dos recursos.

## 2.2 ATITUDE AO ENDIVIDAMENTO E A RELAÇÃO COM VARIÁVEIS SOCIOECONÔMICAS, DEMOGRÁFICAS E DE PERFIL

Tendo em vista a importância de compreender o comportamento humano e suas decisões frente às finanças, pesquisas têm buscado associar a atitude ao endividamento a variáveis socioeconômicas e demográficas. Em relação ao gênero, têm-se duas concepções distintas. Alguns autores evidenciam as mulheres como mais propensas ao endividamento (TRINDADE; RIGHI; VIEIRA, 2012; CARVALHO; ALVES, 2010; VIEIRA *et al.*, 2014), pois são mais predispostas a aquisição de cartões e mais vulneráveis a realização de compras com maior frequência. Já outros evidenciam os homens (WANG; LU; MALHOTRA, 2011; LUCENA; MARINHO, 2013; MULLER, 2010) enfatizando que eles costumam utilizar o crédito rotativo com maior frequência do que as mulheres (WANG; LU; MALHOTRA, 2011), realizar um volume maior de aplicações em bens materiais do que elas, investir seu capital em poupança (LUCENA; MARINHO, 2013) e utilizar de forma mais extensiva o cartão de crédito, o empréstimo pessoal, o empréstimo consignado, o limite de cheque e o limite da conta (MULLER, 2010).

Nas variáveis idade e escolaridade, a atitude mais favorável às dívidas foi dos indivíduos mais novos e daqueles que possuem menor nível de escolaridade (PONCHIO, 2006). No Reino Unido, Gathergood (2012) realizou uma pesquisa com as famílias, avaliando entre alguns aspectos o sobre-endividamento e relacionando ao perfil dos respondentes. Os resultados evidenciaram que as dívidas são mais comuns nas famílias jovens e com menor escolaridade, inferindo-se ao baixo conhecimento financeiro e utilização de taxas de juros mais elevadas.

Do mesmo modo, Vieira, Flores e Campara (2014), verificaram que indivíduos com menores níveis de escolaridade (ensino fundamental e ensino médio) possuem maior propensão ao endividamento. Por outro lado, Miotto (2013) e Lea, Webley e Walker (1995), salientam que os consumidores com um nível de instrução mais elevado têm condições de buscar junto ao mercado financeiro as opções mais viáveis de empréstimos e possuem acesso a oportunidades que possivelmente uma classe menos instruída não teria conhecimento. Assim, quanto maior a instrução, maior a possibilidade de se endividar, dado o conhecimento de opções de crédito (MIOTTO, 2013).

Ao avaliar a relação entre a variável estado civil e endividamento, Gathergood (2012); Mendes-Da-Silva, Nakamura e Moraes (2012) e Vieira, Flores e Campara (2014) observaram que os indivíduos solteiros possuem maior propensão ao endividamento e possuem maiores níveis de sobre-endividamento. Vieira *et al.* (2014) ao investigar o endividamento na mesorregião central do Estado do Rio Grande do Sul indicou que mulheres separadas ou viúvas são mais propensas a contrair dívidas, pois muitas vezes precisam arcar com as despesas da casa e cuidados com os filhos. Quanto a variável número de dependentes, Keese (2012) evidencia que as famílias com maior número de filhos e dependentes, principalmente crianças, contraem maiores níveis de endividamento.

Outro fator que pode estar diretamente relacionado a níveis de endividamento diz respeito à renda. Zerrenner (2007); Vieira *et al.* (2014) e Vieira, Flores e Campara (2014) avaliando o endividamento, verificaram que indivíduos

de baixa renda (até 3 salários mínimos) apresentavam níveis significativos de endividamento. Os resultados auferidos revelam que isso ocorre principalmente pela restrição orçamentária. De forma contrária, o estudo de Van Raaij e Gianotten (1990), argumenta que o endividamento é influenciado pelos rendimentos elevados. Segundo estes autores as pessoas com rendimentos mais elevados gastam e contraem mais empréstimos e revelam uma maior propensão para usar cartões de crédito.

Nesse contexto, o Quadro 1 apresenta uma síntese da influência dos aspectos socioeconômicos e demográficos sobre a Atitude ao Endividamento.

Variáveis	Relação esperada	Referência
<b>Gênero</b>	As mulheres apresentam índices de endividamento mais elevados do que os homens.	D'Astous, Maltais e Roberge (1990); Faber e O'Guinn (1992); Ponchio (2006).
	Os homens apresentam índices de endividamento mais elevados do que as mulheres.	Wang, Lu, Malhotra, 2011; Lucena, Marinho, 2013; Muller, 2010.
<b>Escolaridade</b>	Quanto menor o grau de escolaridade do indivíduo maior é sua tendência de assumir dívidas.	Ponchio, 2006; Gathergood, 2012.
<b>Idade</b>	Pessoas mais velhas apresentam menor probabilidade de assumir dívidas.	Ponchio, 2006; Gathergood, 2012.
	Os chefes de família com idade superior aos 45 anos são mais propensos a encargos maiores, ou seja, dívida mais elevadas.	Keese, 2012.
<b>Dependentes</b>	Pessoas com maior número de filhos e dependentes, principalmente crianças, contraem maiores níveis de endividamento.	Keese, 2012.
<b>Estado civil</b>	Os indivíduos solteiros são os que apresentam maiores níveis de sobre-endividamento.	Keese, 2012.
	As pessoas casadas são mais vulneráveis a níveis mais elevados de dívida.	Mendes-Da-Silva; Nakamura; Moraes, 2012.
<b>Renda</b>	O endividamento é superior entre as famílias com menor nível de renda.	Katona (1975); Zerrenner, 2007; Bricker & Kennickell, 2012.
	O endividamento é superior entre as famílias com maior nível de renda.	Katona (1975).
<b>Ocupação</b>	Indivíduos empregados apresentam maior probabilidade de endividar-se.	Keese, 2012, Chien & Devaney, 2001.

Quadro 1 – Influência dos aspectos socioeconômicos e demográficos sobre a Atitude ao Endividamento.

Fonte: Dados da pesquisa.

### 3 MÉTODO

Realizou-se um estudo exploratório, quantitativo, a partir da estratégia de pesquisa *survey*. A população do estudo compreende as famílias residentes no estado do Rio Grande do Sul, o qual é composto por 497 municípios e possuía uma população total no ano de 2010 de 10.693.929 habitantes (IBGE, 2010). A amostra totalizou 1.577 instrumentos aplicados em nove cidades: Agudo, Erechim, Pelotas, Porto Alegre, Restinga Seca, Santa Maria, Santana do Livramento, Santo Ângelo e São Miguel das Missões. Os questionários foram aplicados de forma aleatória, em ambiente externo, entre os meses de outubro 2015 e fevereiro de 2016, por meio de contato com pessoas dispostas a participar.

O instrumento de coleta de dados foi estruturado em 40 questões divididas em oito blocos. O primeiro foi composto por 21 questões (GF1 a GF21) referentes à gestão, decisões, práticas e experiências financeiras pessoais e familiares. A estruturação dessas questões se deu a partir da adaptação de modelos já aplicados por Shockey (2002), OECD (2013) e Brasil (2009), bem como, pela elaboração de questões inéditas por parte dos pesquisadores, vistas como convenientes ao escopo do trabalho.

O segundo bloco corresponde à escala de Atitude ao Endividamento, desenvolvida originalmente por Lea, Webley e Walker (1995) e adaptada ao Brasil por Moura (2005). A escala é composta por nove questões (AE1 a AE9) e podem ser analisados três aspectos centrais: moral da sociedade, preferência no tempo e auto-controle. Esses aspectos se referem a indagações de como os indivíduos se comportam com o uso do dinheiro, como planejam suas aquisições, se acham adequado o consumo a prazo, o que pensam sobre a aquisição de empréstimos com amigos, entre outros questionamentos ligados aos recursos financeiros e a probabilidade de executar tarefas que possam torná-los mais propensos ao consumo. Para mensurar esse construto utilizou-se uma escala do tipo likert de cinco pontos (1 = discordo totalmente; 2 = discordo; 3 = indiferente; 4 = concordo; 5 = concordo totalmente), onde quanto maior o ponto assinalado, maior também a atitude ao endividamento. As questões AE5, AE6, AE7, AE8 e AE9 deste bloco possuem escala invertida.

Na última seção estão listadas 10 questões (PF1 a PF10) referentes ao perfil: idade, gênero, estado civil, número de dependentes, tipo de moradia, nível de escolaridade, número de pessoas que residem na mesma casa, se trabalham, qual a ocupação, renda mensal familiar. Essa estrutura foi obtida após a execução de três etapas: tradução reversa, avaliação de especialistas e pré-teste.

Para análise dos dados coletados utilizou-se o software SPSS 20.0® e Amos™, a qual foi realizada em três fases: (i) perfil dos participantes (estatística descritiva) e teste t para amostras independentes (considerando variáveis com até dois grupos) e análise de variância – ANOVA (variáveis com mais de dois grupos) para compreender a influência das variáveis socioeconômicas e demográficas na Atitude ao Endividamento; (ii) validação do construto Atitude ao Endividamento (Análise Fatorial Confirmatória - AFC); e (iii) análise de regressão para compreender a influência do gerenciamento financeiro, das variáveis socioeconômicas, demográficas e de perfil no construto Atitude ao endividamento.

A validade convergente do construto foi analisada pela magnitude e significância estatística dos coeficientes padronizados e pelos índices de ajustes absolutos: estatística qui-quadrado ( $\chi^2$ ), *Root Mean Square Residual* (RMR), *Root Mean Square Error of Approximation* (RMSEA), *Goodness-of-Fit Index* (GFI) e índices de ajuste comparativos: *Comparative Fit Index* (CFI), *Normed Fit Index* (NFI), *Tucker-Lewis Index* (TLI). Não há um consenso na literatura sobre valores aceitáveis para esses índices, contudo sugere-se que para o qui-quadrado/graus de liberdade as recomendações devem variar de menores que dois até menores que cinco. Para CFI, GFI, NFI e TLI consideram-se



valores maiores que 0,95, e o RMR e o RMSEA devem ficar abaixo de 0,05 e 0,08, respectivamente (HOOPER, COUGHLAN e MULLEN, 2008).

Para confiabilidade utilizou-se o índice de confiabilidade e o *Alpha de Cronbach*, em que valores superiores a 0,6 têm sido considerados aceitáveis para pesquisas de natureza exploratória. A verificação da unidimensionalidade do construto foi realizada mediante a avaliação dos resíduos padronizados, sendo que valores absolutos menores que 2,58 não sugerem problema (HAIR et al., 2010). Os modelos foram estimados utilizando *bootstrap* máxima verossimilhança, com tamanho amostral de 1000, conforme sugerido por Cheung e Lau (2008).

A seguir, foi formado o construto de Atitude ao Endividamento. Para isso, utilizou-se coeficientes padronizados para cada uma das variáveis, ponderando-se o impacto na formação do construto, através da soma das variáveis multiplicadas pelos seus respectivos pesos.

Por fim, aplicou-se a análise de regressão com o intuito de verificar a influência do gerenciamento financeiro, das variáveis socioeconômicas, demográficas e de perfil sobre a atitude ao endividamento. Para tanto, as seguintes variáveis foram recodificadas em variáveis binárias: *dummy* gênero (0 = masculino e 1 = feminino), *dummy* estado civil (0 = casado e 1 = solteiro/viúvo/separado), *dummy* dependentes (0 = não possui e 1 = possui), *dummy* moradia (0 = própria e 1 = alugada/financiada), *dummy* escolaridade de 1ª a 4ª série, *dummy* escolaridade de 5ª a 8ª série, *dummy* escolaridade ensino médio, *dummy* escolaridade faculdade, *dummy* escolaridade pós-graduação, *dummy* renda de R\$ 1.000,01 à R\$ 3.000,00, *dummy* renda de R\$ 3.000,01 à R\$ 5.000,00, *dummy* renda de R\$ 5.000,01 a R\$ 7.000,00 e *dummy* renda acima de R\$ 7.000,01 (para todas as *dummys* escolaridade e renda, zero corresponde a outras classes e um a classe correspondente), *dummy* possuir dívida (0 = ausência de dívida e 1 = presença), *dummy* cartão de crédito (0 = não possui cartão de crédito e 1 = possui), *dummy* carnê de loja (0 = não possui carnê de loja e 1 = possui), *dummy* poupança (0 = não possui poupança e 1 = possui poupança), *dummy* cadastro negativo (0 = não tem o nome vinculado a um cadastro negativo e 1 = tem o nome vinculado a um cadastro negativo), *dummy* empréstimo do nome (0 = não está emprestando o nome e 1 = está emprestando o nome), *dummy* conta bancária (0 = não possui conta bancária e 1 = possui conta bancária) e *dummy* controle de gastos (0 = não controla e 1 = controla).

Após a estimação da regressão linear, foi calculado o  $R^2$ , ou o coeficiente de determinação múltiplo, o qual é utilizado para mensurar o quanto à linha de regressão amostral se ajusta aos dados obtidos. A fim de identificar os pressupostos de normalidade, autocorrelação, multicolinearidade e homocedasticidade do modelo, foram utilizados os testes *Kolmogorov-Smirnov* (KS), *Durbin Watson* (DW), Fator de Inflação (VIF) e *Pesarán-Pesarán*, respectivamente.

Para verificar a normalidade do erro, foi realizado o teste KS sob a hipótese nula de que a distribuição da série testada é normal, no qual o objetivo é aceitar a hipótese nula e que isto ocorre sempre que o valor de significância for maior que 0,05. A autocorrelação foi testada, por sua vez, através do teste de DW (valores próximos a 2 representam ausência de correlação).

A premissa de multicolineariedade das variáveis foi verificada através do VIF, que sendo de 1 a 10 com multicolinearidade aceitável e acima de 10 com multicolinearidade problemática. Para testar a homocedasticidade, aplicou-se o teste de Pesarán-Pesarán, a fim de verificar se a variância do resíduo mantém-se constante (sig. > 0,05).

#### 4 ANÁLISE DOS RESULTADOS

A amostra compreendeu 1577 respondentes de diferentes municípios do Rio Grande do Sul. A maior parte da amostra é do município de Santa Maria (57,2%) e de Porto Alegre (17,4%). Inicialmente foi utilizada a estatística descritiva com intuito de conhecer o perfil dos entrevistados (Tabela 1).

Tabela 1 – Estatística descritiva para o perfil dos respondentes.

Variáveis	Alternativas	Frequência	Percentual
Idade	Até 22 anos	427	27,1
	De 23 a 28 anos	380	24,1
	De 29 a 40 anos	397	25,2
	Acima de 40 anos	373	23,7
Gênero	Masculino	605	38,6
	Feminino	961	61,4
Estado civil	Casado(a)	549	35,1
	Solteiro(a)	893	57,0
	Viúvo(a)	24	1,5
	Separado(a)	100	6,4
Possui dependentes (filhos, enteados, menores, etc.):	Não	896	57,4
	Sim	665	42,6
Qual é a sua ocupação?	Assalariado (com carteira de trabalho assinada)	488	31,4
	Assalariado (sem carteira de trabalho assinada)	53	3,4
	Funcionário Público	293	18,9
	Autônomo regular (Paga ISS)	57	3,7
	Empresário	61	3,9
	Free-lance/Bico	69	4,4
	Estagiário/aprendiz (Remunerado)	172	11,1
	Dona de casa	76	4,9
	Só aposentado	29	1,9
	Só estudante	150	9,7
	Só vive de rendas	3	0,2
	Desempregado (a procura de emprego)	26	1,7
	Desempregado (não procura emprego)	2	0,1
	Pensionista	2	0,1
Outra	71	4,6	
Qual seu nível de escolaridade?	Nunca estudei	8	0,5
	Ensino Fundamental de 1ª a 4ª série (antigo Primário)	59	3,8
	Ensino Fundamental de 5ª a 8ª série	164	10,5
	Ensino Médio (antigo 2º Grau)	672	43,1
	Faculdade (Ensino Superior)	451	28,9
	Pós-Graduação	205	13,1

Fonte: Dados da pesquisa.

Tratando-se do perfil, verificou-se que a idade média foi de 32 anos, sendo a maior parte do gênero feminino (61,4%), solteira (57,0%) e que não possuem dependentes (57,4%). A maioria dos entrevistados é assalariado com carteira assinada (31,4%) ou funcionário público (18,9%). Quanto ao nível de escolaridade, 43,1% possuem ensino médio ou ensino superior (28,9%). A fim de verificar o contexto no qual os indivíduos pesquisados estão inseridos, verificou-se a situação do domicílio e renda através da estatística descritiva (Tabela 2).

Tabela 2 – Estatística descritiva da situação do domicílio e da renda dos respondentes.

Variáveis	Alternativas	Frequência	Percentual
A casa onde você mora é:	Própria	927	59,3
	Alugada	382	24,4
	Financiada	162	10,4
	Outros	93	5,9
Quem mora com você e possui renda atualmente?*	Moro sozinho(a)	250	15,9
	Parceiro(a)	627	39,8
	Filhos	196	12,4
	Netos	13	0,8
	Pais	1128	71,5
	Irmãos	449	28,5
	Avós	44	2,8
	Outros	87	5,5
Quem trabalha na sua casa?*	Você	1281	81,2
	Seu parceiro(a)	603	38,2
	Filhos	108	6,8
	Netos	3	0,2
	Pais	432	27,4
	Irmãos	140	8,9
	Avós	14	0,9
	Outros	65	4,1
Qual é aproximadamente a renda total mensal de todas as pessoas que moram na sua casa, somando todas as fontes, como salário, pensão, aposentadoria, benefícios sociais, aluguéis, bicos?	Até R\$500,00	77	5,0
	De R\$500,01 a R\$1.000,00	213	13,8
	De R\$1.000,01 a R\$2.000,00	236	15,3
	De R\$2.000,01 a R\$3.000,00	213	13,8
	De R\$3.000,01 a R\$4.000,00	180	11,7
	De R\$4.000,01 a R\$5.000,00	154	10,0
	De R\$5.000,01 a R\$7.000,00	183	11,8
	De R\$7.000,01 a R\$10.000,00	139	9,0
	Mais de R\$10.000,00	149	9,6
Você recebe Bolsa Família?	Não	1320	84,6
	Sim	240	15,4

Nota: \*O somatório é superior a 100% pois os entrevistados poderiam selecionar mais de uma alternativa.  
Fonte: Dados da pesquisa.

Analisando a moradia, declararam viver em casa própria (59,3%) ou residir em imóvel alugado (24,4%). Sobre quem mora na casa e possui renda, 71,5% responderam os pais, 39,8% o parceiro(a) e 28,5% os irmãos (múltipla escolha). Questionados sobre quem trabalha em sua casa, apontaram que ele mesmo trabalha (81,2%), o parceiro(a) trabalha (38,2%). Quanto a renda total mensal, indicam maior percentual na faixa de R\$1.000,01 a R\$2.000,00 (15,3%). Quanto à renda total mensal, o maior percentual indicado está na faixa de R\$1.000,01 a R\$2.000,00 (15,3%). Com o objetivo de identificar como os pesquisados realizam o gerenciamento de suas finanças, foi aplicada estatística

descritiva apresentada nas Tabelas 3, 4 e 5, que tratam da situação financeira, controle de gastos familiares e comportamento em relação aos gastos, respectivamente.

Tabela 3 – Estatística descritiva da situação financeira dos respondentes.

Variáveis	Alternativas	Frequência	Percentual
Você possui dívidas?*	Não possuo dívidas.	605	38,4
	Tenho com algum banco/financeira.	528	33,5
	Tenho no supermercado do bairro.	105	6,7
	Tenho com amigos e/ou colegas.	76	4,8
	Tenho com lojas de crediário próprio.	391	24,8
	Tenho com agiotas.	4	0,3
	Tenho com familiares.	109	6,9
	Tenho com outros.	72	4,6
Você já teve ou tem seu nome ligado ao cadastro negativo?	Não.	989	63,0
	Sim, já tive no passado.	358	22,8
	Sim, tenho atualmente.	223	14,2
Você já emprestou seu nome para outra pessoa realizar alguma compra?	Não.	860	55,3
	Sim, já emprestei.	627	40,3
	Sim, estou emprestando.	69	4,4
Você tem conta em algum banco?	Não possuo conta.	210	13,4
	Só possuo conta poupança.	157	10,0
	Só possuo conta corrente.	353	22,5
	Só possuo conta salário.	103	6,6
	Possuo conta corrente e poupança.	571	36,4
	Possuo conta corrente, conta salário e poupança.	175	11,2
Na sua casa, alguém possui cartão de crédito?*	Não.	345	21,9
	Sim, eu tenho.	990	62,8
	Sim, outra pessoa tem.	443	28,1
	Não sei.	13	0,8
Na sua casa, alguém possui carnê de crediário?*	Não.	738	46,8
	Sim, eu tenho.	559	35,4
	Sim, outra pessoa tem.	278	17,6
	Não sei.	63	4,0

Nota: \*O somatório é superior a 100% pois os entrevistados poderiam selecionar mais de uma alternativa.

Fonte: Dados da pesquisa.

Salientando os principais resultados, quando questionados se possuíam dívidas ou não, dizem não tê-las (38,4%), enquanto 33,5% disse ter dívida com algum banco ou financeira. A respeito de ter o nome ligado ao cadastro negativo, 63% não têm e 22,8% o tiveram no passado. De maneira geral, os percentuais indicam que os respondentes estão incluídos financeiramente (por meio da conta corrente, cartão de crédito e crediário), e estão quitando as dívidas.

Tabela 4 – Estatística descritiva do controle dos gastos familiares.

Variáveis	Alternativas	Frequência	Percentual
Em quanto tempo os recursos da sua família são gastos?	Quando recebo já estou com todo o dinheiro gasto.	258	16,4
	Em uma semana.	183	11,7
	Em duas semanas.	166	10,6
	Em três semanas.	206	13,1
	Em um mês.	460	29,3
	Em mais de um mês.	296	18,9
Com relação aos seus gastos, você diria que:	Gasto mais do que ganho.	373	23,8
	Gasto igual ao que ganho.	669	42,7
	Gasto menos do que ganho.	525	33,5

Na sua casa, quem decide como vai ser gasto o dinheiro:	Eu.	722	46,6
	Meu(a) parceiro(a).	24	1,5
	Eu e meu(a) parceiro(a).	476	30,7
	Meus filhos e/ou netos.	6	0,4
	Meus pais.	302	19,5
	Outro membro da família.	19	1,2
Por que essas pessoas decidem como/onde gastar o dinheiro da casa?	Porque são os responsáveis.	650	42,8
	Porque são os que trabalham.	223	14,7
	Porque são os que ganham mais.	44	2,9
	Porque contribuem financeiramente.	117	7,7
	Porque estudam/entendem melhor de contas.	27	1,8
	Porque sabem o que precisa comprar.	398	26,2
	Outro motivo.	31	2,0
	Não sei.	29	1,9
Qual das seguintes afirmações melhor descreve o quanto você controla os seus gastos regulares?	Não costumo controlar meus gastos.	121	7,7
	Mantenho um pequeno controle sobre meus gastos.	421	26,7
	Não mantenho escrito, mas controlo os gastos.	505	32,1
	Utilizo anotações por escrito para manter um maior controle sobre os gastos.	528	33,5

Fonte: Dados da pesquisa.

Ao verificar em quanto tempo os recursos são gastos, 29,3% disse em um mês. Quanto aos gastos, 42,7% declarou que gasta igual ao que ganha. Também informaram quem decide como vai ser gasto o dinheiro da casa, e 46,6% disse que ele mesmo decide, enquanto para 30,7% a decisão é tomada por ele e pelo parceiro(a). Essas pessoas contribuem, pois são responsáveis (42,8%) e porque sabem as necessidades da casa (26,2%). Referente ao controle de gastos, constatou-se que o mesmo existe, porém não ocorre de maneira padronizada, pois 33,5% respondeu que utiliza anotações por escrito para manter um maior controle, enquanto 32,1% não mantêm escrito, mas controla-os.

Tabela 5 – Estatística descritiva do comportamento em relação aos gastos.

Variáveis	Alternativas	Frequência	Percentual
No dia em que você recebe seu salário, o que você faz primeiro?	Pago minhas dívidas.	602	39,5
	Compro material escolar para as crianças.	30	2,0
	Compro passagens para o transporte.	22	1,4
	Compro remédios.	14	0,9
	Compro alimentos.	135	8,9
	Pago as contas de água/luz/gás/aluguel.	511	33,6
	Compro roupas/calçados/créditos para o celular.	19	1,2
	Compro bebidas alcoólicas/cigarro.	4	0,3
	Compro bens duráveis.	1	0,1
	Guardo o dinheiro.	140	9,2
	Outros.	45	3,0
Quando sobra dinheiro no final do mês, o que você costuma fazer?	Nunca sobra dinheiro.	254	16,3
	Compro mais alimento.	103	6,6
	Gasto com lazer.	325	20,9
	Invisto no negócio ou no aumento da produção.	35	2,2
	Faço uma reforma/ampliação da casa.	24	1,5
	Pago prestações.	59	3,8
	Guardo o dinheiro para gastos futuros.	662	42,5
	Compro roupas e calçados.	72	4,6
Outro.	23	1,5	
O que você faz	Compro fiado.	139	9,1

quando não tem dinheiro e surge uma necessidade?	Peço dinheiro emprestado para amigo/familiar.	750	49,2
	Peço dinheiro ao banco ou a uma financeira.	125	8,2
	Peço para algum conhecido comprar no nome dele.	54	3,5
	Utilizo o limite do cartão de crédito.	457	30,0
Você faz algum tipo de poupança?*	Não, nunca fiz.	413	26,2
	Não, mas já fiz.	379	24,0
	Sim, em dinheiro em casa.	79	5,0
	Sim, em dinheiro no banco/caderneta de poupança.	642	40,7
	Sim, em animais, sementes e/ou outros produtos.	15	1,0
	Sim, em estoque/equipamentos do negócio.	9	0,6
	Sim, em fundos de investimento.	53	3,4
	Sim, em títulos do tesouro direto.	14	0,9
	Sim, em ações.	9	0,6
Sim, de outra forma.	14	0,9	

**Nota:** \*O somatório é superior a 100% pois os entrevistados poderiam selecionar mais de uma alternativa.  
Fonte: Dados da pesquisa.

Na primeira ação após o recebimento, boa parte da amostra (39,5%) disse que paga suas dívidas e 33,6% paga as contas de água, luz, gás e/ou aluguel. Quando sobra dinheiro no final do mês, 42,5% guarda o valor para gastos futuros, enquanto 20,9% gasta com lazer. Quando não tem dinheiro, 49,2% afirmou pedir dinheiro emprestado para amigos ou familiares e 30% utiliza o limite do cartão de crédito. Realizam poupança em dinheiro na caderneta de poupança (40,7%), enquanto outros nunca fizeram algum tipo de poupança (20,6%). Após conhecer o gerenciamento financeiro e para verificar a percepção dos respondentes com relação à satisfação com as finanças foi utilizada a estatística descritiva apresentada na Tabela 6.

Tabela 6 – Satisfação com a situação financeira.

Variáveis	Alternativas	Frequência	Percentual
Você considera a sua renda:	Muito baixa	353	22,6
	Suficiente	519	33,2
	Média	597	38,2
	Alta	90	5,8
	Muito alta	5	0,3
Nos últimos anos, a sua vida financeira:	Piorou muito	37	2,4
	Piorou	192	12,3
	Continua igual	350	22,4
	Melhorou	846	54,1
	Melhorou muito	138	8,8
No geral, quanto satisfeito você está com a sua situação financeira?	Totalmente insatisfeito	95	6,0
	Insatisfeito	579	36,7
	Indiferente	194	12,3
	Satisfeito	679	43,1
	Totalmente satisfeito	30	1,9

Fonte: Dados da pesquisa.

Quanto à renda, 38,2% considera sua renda média, enquanto 33,2% a consideram suficiente. A maior parte (54,1%) acredita que sua vida financeira melhorou nos últimos anos, enquanto para 22,4% continua igual. De forma geral, 43,1% disse estar satisfeito, ao passo que 36,7% está insatisfeito.

Após conhecer o gerenciamento financeiro, avaliou-se o resultado do construto Atitude ao Endividamento. A estatística descritiva dos mesmos é ilustrada na Tabela 7.

Tabela 7 – Estatística descritiva do construto Atitude ao Endividamento.

Questão	Variável	Média	Percentuais				
			Discordo totalmente	Discordo	Indiferente	Concordo	Concordo totalmente
AE1	Para você, é normal as pessoas ficarem endividadas para pagar suas contas.	2,26	25,4	44,3	10,6	18,2	1,5
AE2	Você prefere comprar parcelado do que esperar ter dinheiro para comprar à vista.	2,62	20,0	33,5	15,1	27,4	4,0
AE3	Você prefere pagar parcelado mesmo que no total saia mais caro.	2,17	29,6	42,8	10,4	15,8	1,4
AE4	Não tem problema ter dívida se você sabe que pode pagar.	3,23	9,5	21,6	12,3	49,7	6,9
AE5	Não é certo gastar mais do que você ganha.*	4,23	2,1	3,6	4,8	48,5	41,0
AE6	As pessoas ficariam desapontadas contigo se soubessem que você tem dívidas.*	2,68	14,0	28,4	38,0	14,3	5,2
AE7	É melhor primeiro juntar dinheiro e só depois gastar.*	3,72	1,8	12,6	17,0	49,2	19,3
AE8	Você sabe exatamente quanto deve em lojas, cartão de crédito ou banco.*	3,97	2,7	8,6	10,1	46,0	32,6
AE9	É importante saber controlar os gastos da sua casa.*	4,41	0,4	1,0	1,7	51,2	45,6

Nota: \*Variável invertida.

Fonte: Dados da pesquisa.

A maior média (4,41) foi “É importante saber controlar os gastos da sua casa”, onde 51,2% dos respondentes concordaram com tal afirmação. “Não é certo gastar mais do que você ganha” teve a segunda maior média (4,23), sendo que 48,5% concordam com ela. A variável “Você prefere pagar parcelado mesmo que no total saia mais caro” obteve a menor média (2,17), e 42,8% da amostra discorda da afirmação. Observa-se que as variáveis invertidas alcançaram maiores médias, mostrando que os indivíduos possuem uma baixa atitude ao endividamento, sabem controlar seus gastos e boa parte deles reconhece ser melhor comprar à vista do que parcelado.

Para compreender a influência das variáveis socioeconômicas e demográficas na Atitude ao Endividamento, utilizou-se o teste t para amostras independentes (considerando variáveis com até dois grupos) e análise de variância – ANOVA (variáveis com mais de dois grupos). Para determinar se o teste t deveria ser homocedástico ou heterocedástico, aplicou-se previamente o teste F para igualdade de variâncias.

Para a formação dos grupos a serem testados foram consideradas as variáveis Idade, Gênero, Estado Civil, Dependentes, Moradia, Escolaridade, Ocupação e Renda Familiar. A Tabela 8 apresenta o resultado dos testes para o construto.

Tabela 8 – Valor e significância do Teste t e da ANOVA para as variáveis socioeconômicas e demográficas do construto Atitude ao Endividamento.

Variáveis	Teste paramétrico	
	Valor	Sig.
Idade**	12,008	0,000
Gênero*	-4,518	0,000
Estado civil**	10,564	0,000
Dependentes*	-7,100	0,000
Moradia**	1,187	0,313
Escolaridade**	15,374	0,000
Ocupação**	6,386	0,000
Renda familiar**	11,287	0,000

Nota: \*variáveis que compreendem até dois grupos e foram testadas segundo o teste t. \*\*variáveis que possuem mais de dois grupos e com isso e foram testadas através da análise de variância - ANOVA.

Fonte: Dados da pesquisa.

Dos nove testes aplicados observa-se que apenas para a divisão de grupos segundo a moradia dos entrevistados não foi observada diferença de média significativa. Ao analisar as diferenças entre os grupos, constatou-se que os entrevistados que possuem mais de 40 anos (média 2,54) têm maior Atitude ao Endividamento, já os que possuem menos de 22 anos (média 2,18) apresentam a menor Atitude ao Endividamento. Com relação ao gênero, os indivíduos do sexo masculino (média 2,24) demonstraram ter menor tendência ao endividamento do que os do sexo feminino (média 2,46). Quanto ao estado civil dos respondentes da pesquisa, os solteiros (média 2,26) têm menor Atitude ao Endividamento se comparados aos separados (média 2,60). Já os que não possuem dependentes (média 2,23) possuem menor tendência ao endividamento do que os que possuem dependentes (média 2,57).

Ao analisar a escolaridade dos entrevistados, constatou-se que as pessoas que possuem Ensino Fundamental de 5ª a 8ª série (média 2,79) possuem a maior Atitude ao Endividamento, já os que possuem Ensino Superior (média 2,22) possuem a menor atitude. Constatou-se também que aqueles que se intitulam Estagiário/Aprendiz (média 2,11) possuem a menor Atitude ao Endividamento, já aqueles que se intitulam como Dona de Casa (média 2,81) possuem a maior atitude. Em relação à Renda Familiar, os que responderam receber de R\$ 7.000,00 a R\$ 10.000,00 possuem a menor Atitude ao Endividamento (média 2,03), já os que recebem até R\$ 500,00 possuem a maior Atitude ao Endividamento (média 2,78). De maneira geral, observa-se que as médias ficaram entre 2 e 3 indicando que os entrevistados discordam ou são indiferentes para a maioria das questões, o que demonstra que na amostra há uma baixa tendência à Atitude ao Endividamento.

Após a análise descritiva do construto partiu-se para a etapa de validação do mesmo, que inicialmente teve escala adaptada de Moura (2005) e composta por nove questões para avaliar a Atitude ao Endividamento. O modelo inicial desse construto pode ser verificado na Figura 1.



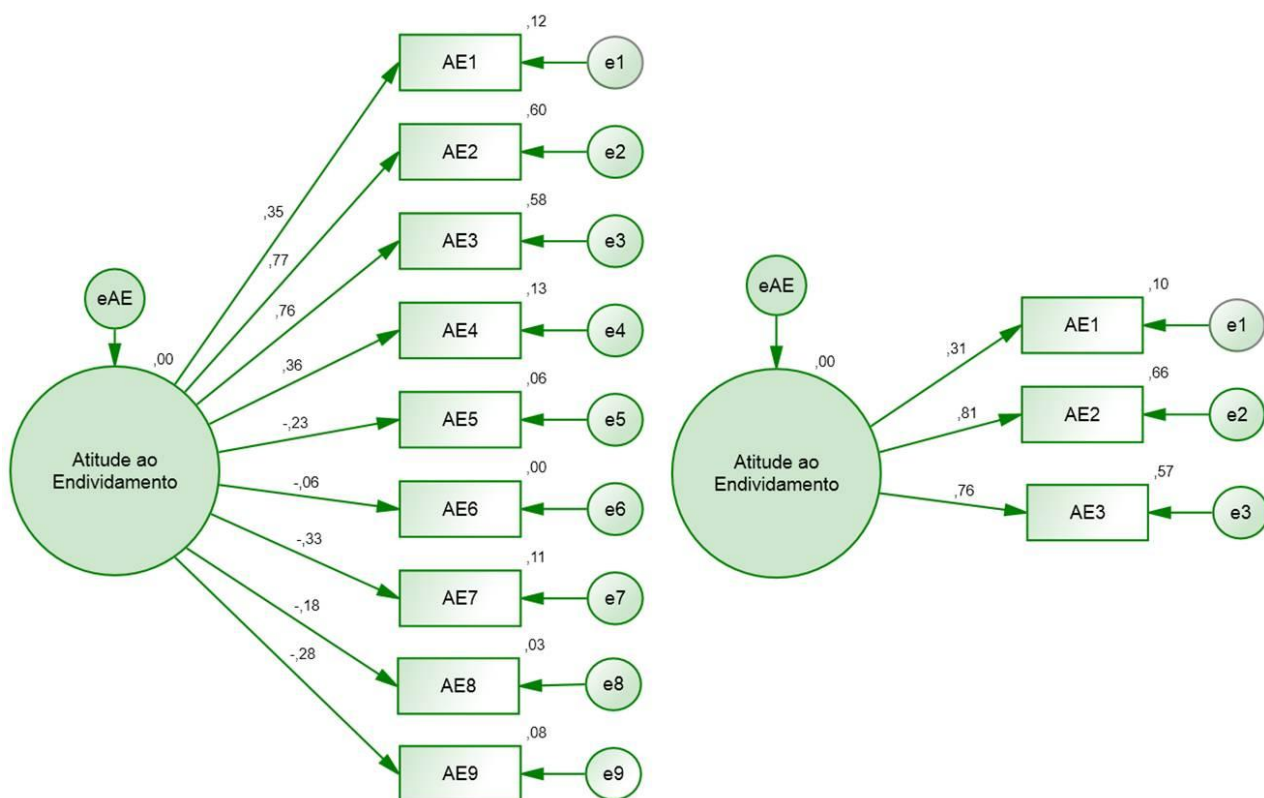


Figura 1 – Diagrama do construto Atitude ao Endividamento – modelo inicial e final  
 Fonte: Dados da pesquisa

O processo compreendeu a Análise Fatorial Confirmatória (AFC), com o suporte do Amos™. A Tabela 9 resume os resultados do modelo inicial (antes da validação) e do modelo final (após a validação).

Tabela 9 – Índices de ajuste do construto Atitude ao Endividamento: modelo inicial e final.

Índices de ajuste	Modelo Inicial	Modelo Final
Número de variáveis	09	03
Qui-quadrado (valor)	530,411	5,750
Qui-quadrado (probabilidade)	0,000	0,016
Graus de Liberdade	27	01
Qui-quadrado/Graus de Liberdade	19,644	5,750
GFI	0,926	0,998
CFI	0,722	0,995
NFI	0,713	0,993
TLI	0,629	0,984
RMR	0,062	0,017
RMSEA	0,109	0,055
Índice de Confiabilidade	0,60	0,76
Alpha de Cronbach	0,62	0,64

**Nota.** Fonte: Dados da pesquisa.

Nos procedimentos de validação foram considerados os índices de ajuste e confiabilidade (índice de confiabilidade e *Alpha de Cronbach*), observando os limites indicados por Hooper, Coughlan e Mullen (2008), Hair et al. (2010) e Kline (2011). A validade convergente expressa pelos índices de ajuste absolutos encontra-se fora dos padrões desejados em todos os construtos.

Para atingir níveis satisfatórios, procedimentos de ajuste foram adotados, conforme os critérios: retirada de variáveis não significativas, exclusão de coeficientes baixos (menor que 0,5), indicações de modificação de índices do software AMOS e inclusão de correlações, sendo os construtos validados.

Após os ajustes confirmou-se a confiabilidade (resultados superiores ao valor mínimo de 0,6) e validade convergente, dado que os índices CFI, GFI, NFI e TLI foram superiores a 0,95 e os índices RMR e RMSEA foram inferiores a 0,05 e 0,08, respectivamente. O construto Atitude ao Endividamento foi formado por três questões (AE2: Você prefere comprar parcelado do que esperar ter dinheiro para comprar à vista – coeficiente 0,812; AE3: Você prefere pagar parcelado mesmo que no total saia mais caro – coeficiente 0,758; AE1: Para você, é normal as pessoas ficarem endividadas para pagar suas contas – coeficiente 0,315).

Assim, a partir do modelo validado, foi elaborado o construto Atitude ao Endividamento para posterior utilização na análise de regressão múltipla. Para formação do construto ponderou-se a 100% o impacto de cada uma das questões e posteriormente formou-se o construto com a soma das variáveis multiplicadas pelos seus respectivos pesos. Assim, o construto Atitude ao Endividamento foi calculado a partir da seguinte equação:

$$\text{Atitude ao Endividamento} = [\text{AE1} * 0,167 + \text{AE2} * 0,431 + \text{AE3} * 0,402] \quad (1)$$

A estatística descritiva do construto Atitude ao Endividamento obteve média de 2,375, mediana 2,314 e desvio padrão 0,915. Na etapa final, realizou-se uma regressão múltipla com estimação por Mínimos Quadrados Ordinários (MQO) e o método *Stepwise* (Tabela 10).

Tabela 10 – Resultados da regressão múltipla estimada para a Atitude ao Endividamento.

Variáveis <i>dummy</i>	Coeficientes Padronizados	Teste t		VIF
		Valor	Sig	
Estado civil	-0,075	-3,078	0,002	1,031
Moradia	-0,062	-2,560	0,011	1,033
Escolaridade de 5ª a 8ª série	0,071	2,840	0,005	1,098
Renda acima de R\$ 7.000,01	-0,078	-3,129	0,002	1,101
Possuir dívidas	0,184	7,214	0,000	1,149
Carnê de loja	0,106	4,305	0,000	1,071
Poupança	-0,197	-7,651	0,000	1,171
Controle de gastos	-0,060	-2,464	0,014	1,031

**Nota.** Fonte: Dados da pesquisa.

O resultado apresenta oito variáveis independentes significativas com um  $R^2$  ajustado de 0,162, ou seja, 16,2% da variação na variável dependente é explicada pelo modelo. A significância do teste F (valor 36,563 e sig. 0,000) indica que pelo menos uma das variáveis independentes exerce influência sobre a variável dependente, sendo o modelo significativo.

Quanto aos pressupostos do modelo, observou-se que: não há autocorrelação serial, uma vez que o valor do teste de *Durbin Watson* (1,945) ficou próximo de 2; o modelo não apresenta problemas de multicolinearidade, dado que os VIFs ficaram entre 1 e 10; os resíduos são homocedásticos, pois o teste *Pesarán-Pesarán* não foi significativo (valor 0,291 e sig. 0,590) e os resíduos do modelo não possuem distribuição normal, uma vez que o teste *Kolmogorov-Smirnov* foi significativo (sig. 0,003).

Analisando-se os coeficientes e a direção da relação, constatou-se que as variáveis: *dummy* escolaridade de 5ª a 8ª série, *dummy* possuir dívidas e *dummy* carnê de loja mostraram-se significativas, exercendo influência positiva na Atitude ao Endividamento, ou seja, maior a Atitude ao Endividamento. A maior influência positiva para o endividamento está na *dummy* possuir dívidas (0,184) e *dummy* carnê de loja (0,106). Esses resultados corroboram com o fato de que a inclusão financeira (por meio de conta bancária, crédito, compras parceladas, etc) pode expor o indivíduo ao consumo excessivo, níveis elevados de dívida e sobreendividamento (SHIM et al., 2009; KEESE; SCHMITZ, 2011; PLAGNOL, 2011; DINIZ, 2013).

As *dummies* estado civil, moradia, renda acima de R\$ 7.000,01, poupança e controle de gastos também influenciaram na Atitude ao Endividamento, contudo essa relação é negativa. Este fato evidencia que dentre os entrevistados, os casados, que possuem moradia própria, renda acima de R\$ 7.000,01, poupança e realizam controle de seus gastos possuem menor Atitude ao Endividamento, sobre-endividamento e inadimplência. Estudos Keese (2012), Katona (1975); Zerrenner (2007), Bricker & Kennickell (2012), Allwood et al. (2010), Ponchio (2006) e Gathergood (2012) já apresentaram comportamentos semelhantes aos evidenciados nessa pesquisa.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Tendo em vista o ambiente econômico do país, a qual está atrelada a perspectivas negativas tem-se que a dificuldade para gerenciar os recursos acaba por elevar os percentuais de endividamento e inadimplência. Desse modo, temas que envolvem consumo, gestão e planejamento no que tange as finanças pessoais tornam-se essenciais para determinar a saúde financeira familiar. Assim, buscou-se identificar quais comportamentos influenciam na atitude ao endividamento, avaliando especificamente o papel da gestão financeira e das variáveis socioeconômicas, demográficas e de perfil. A partir da escala de atitude ao endividamento sugerida por Moura (2005), da aplicação das técnicas de análise fatorial confirmatória para a Atitude ao Endividamento e da análise de regressão múltipla, foi possível identificar a influência do gerenciamento financeiro, das socioeconômicas, demográficas e de perfil nesse construto.

No que se refere às relações do modelo que exercem influência positiva na Atitude ao Endividamento, tem-se que pessoas casadas, que possuem moradia própria, renda acima de R\$ 7.000,01, conseguem manter uma poupança e realizam o controle de seus gastos possuem atitude favorável quanto ao gerenciamento financeiro pessoal, distanciando-se da possibilidade de endividamento. Já quanto as *dummies* escolaridade de 5ª a 8ª série, possuir dívidas, carnê de loja verificou-se uma relação negativa com relação à Atitude ao Endividamento, atitudes que demonstram-se desfavoráveis no que tange o endividamento.

A pesquisa foi ao encontro do que se discute em relação ao conceito de endividamento que põe em questão o equilíbrio orçamentário do indivíduo ou dos seus familiares e leva a importantes implicações de ordem social, psicológica e problemas de saúde, como marginalização, exclusão, alcoolismo, dissolução das famílias, dificuldade no trabalho, etc. Além das fortes implicações em termos pessoais e familiares, e dos graves problemas psicológicos e sociais que lhe estão associados, é natural que a proliferação de casos de famílias incapazes de cumprir os seus compromissos financeiros acompanhe também implicações no cenário econômico do país.

Como principal resultado destaca-se que quem necessita de maior contribuição para atingir uma melhor atitude ao endividamento, são as pessoas solteiras, com baixo grau de escolaridade, rendas mais baixas, que não exercem controle sobre seus gastos, não praticam o ato de poupar e ainda não possuem moradia própria. As pessoas desenvolvem atitudes com relação ao endividamento ao longo de suas experiências e formações. Porém, isto não assegura que esse comportamento financeiro seja positivo e efetivo. Portanto, é necessário que sejam desenvolvidas políticas governamentais que visem a melhor aplicação de práticas de gerenciamento financeiro pelas famílias, evitando-se assim excessivas atitudes ao endividamento e a possível consequência da inadimplência. Uma alternativa seria a implantação de conteúdos de educação financeira na rede de ensino. Nesse sentido, iniciativas do Banco Central e do Governo Federal como a Estratégia Nacional de Educação Financeira (ENEF) são bem vindas.

Destaca-se que as limitações do estudo estão diretamente relacionadas aos aspectos amostrais e de abordagem. Para trabalhos futuros, sugere-se a reaplicação em diferentes amostras, inclusão de outras variáveis comportamentais e culturais. Dentre os fatores comportamentais de interesse, como possíveis influenciadores da Atitude ao Endividamento têm-se as compras compulsivas e como possível redutor a alfabetização financeira.

## REFERÊNCIAS

ANDERLONI, L.; VANDONE, D. Risk of overindebtedness and behavioral factors. In: **Social Science Research Network**, 2010.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Pesquisa qualitativa sobre o processo de endividamento**, 2014. Disponível em: <[https://www.bcb.gov.br/pec/apron/apres/Pesquisa\\_Endividamento.pdf](https://www.bcb.gov.br/pec/apron/apres/Pesquisa_Endividamento.pdf)>. Acesso em: 19 mar. 2016.

BRAIDO, G. M. Planejamento financeiro pessoal dos alunos de cursos da área de gestão: estudo em uma instituição de ensino superior do rio grande do sul. **Estudo & Debate**, Lajeado, v. 21, n. 1, p. 37-58, 2014.

BRASIL. **Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Nacional de Renda e Cidadania. Programa de Gestão do PBF.** Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, 2009. Disponível em: <<http://www.mds.gov.br/bolsafamilia/capacitacao/arquivos/apostilas/um-panorama-da-gestao-do-bolsa-familia.pdf/view>> Acesso em: 23/09/2013.

BRICKER, Jesse et al. The Financial Crisis from the Family's Perspective: Evidence from the 2007–2009 SCF Panel\*. **Journal of Consumer Affairs**, v. 46, n. 3, p. 537-555, 2012.

CAMPARA, J. P. **Beneficiários do Programa Bolsa Família: uma análise sob a óptica comportamental e financeira em municípios gaúchos.** 2016. 184 f. Dissertação (Mestrado em Administração)- Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2016.

CARVALHO, A. A.; ALVES, J. E. D. **As relações entre o consumo das famílias brasileiras, ciclo de vida e gênero.** In: XVII Encontro Nacional de Estudos Populacionais, ABEP, 2010, Caxambú/MG.

CARVALHO, A. A.; ALVES, J. E. D. **As relações entre o consumo das famílias brasileiras, ciclo de vida e gênero.** In: XVII Encontro Nacional de Estudos Populacionais, ABEP, 2010, Caxambú/MG.

CARVALHO, Inaiá Maria Moreira de; ALMEIDA, Paulo Henrique de. Família e proteção social. **São Paulo em perspectiva**, v. 17, n. 2, p. 109-122, 2003.

CHEUNG, G. W.; LAU, R. S. Testing mediation and suppression effects of latent variables: Bootstrapping with structural equation models. **Organizational Research Methods**, v. 11, n. 2, p. 296-325, 2008.

CHIEN, YI-WEN; DEVANEY, Sharon A. The effects of credit attitude and socioeconomic factors on credit card and installment debt. **Journal of Consumer Affairs**, v. 35, n. 1, p. 162-179, 2001.

CNC. Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo. **Pesquisa nacional de endividamento e inadimplência do consumidor (Peic) – março 2016**, 2016. Disponível em: <<http://www.cnc.org.br/central-do-conhecimento/pesquisas/pesquisa-nacional-de-endividamento-e-inadimplencia-do-consumidor>>. Acesso em: 04 abr. 2016.

D'ASTOUS, Alain; MALTAIS, Julie; ROBERGE, Caroline. Compulsive Buying Tendencies of Adolescent Consumers. **Advances in consumer research**, v. 17, n. 1, 1990.

DINIZ, A. P. C.; VIEIRA, K. M.; POTRICH, A. C. G.; CAMPARA, J. P. Influência das variáveis socioeconômicas e demográficas no bem-estar financeiro: um estudo do comportamento maranhense. **Revista UNIABEU**, v. 7, n. 17, p. 218-234, 2014.

FABER, Ronald J.; O'GUINN, Thomas C. A clinical screener for compulsive buying. **Journal of consumer Research**, p. 459-469, 1992.

FERREIRA, R. **Como Planejar Organizar e Controlar seu Dinheiro: manual de finanças pessoais.** São Paulo: IOB Thomson, 2006.

FRADE, C. *et al.* **Um perfil dos sobre-endividados em Portugal**. Portugal: Centro de Estudos Sociais. Faculdade de Economia de Coimbra, 2008.

GATHERGOOD, J. Self-control, financial literacy and consumer over-indebtedness. **Journal of Economic Psychology**, v. 33, n. 3, p. 590–602, 2012.

HAIR, J. R.; BLACK, W. C.; BABIN, B. J.; ANDERSON, R. E. **Multivariate Data Analyses**. 7 ed. New Jersey: Pearson, 2010.

HENNIGEN, I. O lado avesso do sistema consumo-crédito: (super)endividamento do consumidor. In: VI ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS DO CONSUMO, II ENCONTRO LUSOBRASILEIRO DE ESTUDOS DO CONSUMO. Rio de Janeiro, 2012.

HERLING, L. H.; MORITZ, G. O.; SANTOS, A. M.; SOARES, T. C.; BACK, R. B. A inadimplência nas instituições de ensino superior: um estudo de caso na instituição XZX. **Revista Gestão Universitária da América Latina**, Florianópolis, v. 8, n. 2, p. 126-142, 2013.

HOOVER, D.; COUGHLAN, J.; MULLEN, M. R. Structural Equation Modelling: Guidelines for Determining Model Fit. **The Electronic Journal of Business Research Methods**, v. 6, n. 1, p. 53–60, 2008.

KATONA, George. **Psychological economics**. Elsevier, 1975.

KEESE, M. Who feels constrained by high debt burdens? Subjective vs. objective measures of household debt. **Journal of Economic Psychology**, v. 33, n. 1, p. 125-141, 2012.

KEESE, M.,; SCHMITZ, H. Broke, ill, and obese: The effect of household debt on health. In: **Social Science Research Network**. 2011. Disponível em: [http://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract\\_id=1750216](http://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=1750216)> Acesso em: 22 dez 2014.

KEESE, M.,; SCHMITZ, H. Broke, ill, and obese: The effect of household debt on health. In: **Social Science Research Network**. 2011. Disponível em: <[http://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract\\_id=1750216](http://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=1750216)>. Acesso em: 22 dez 2015.

LEA, S. E. G.; WEBLEY, P.; WALKER, C. M. Psychological factors in consumer debt: Money management, economic socialization, and credit use. **Journal of economic psychology**, v. 16, n. 4, p. 681-701, 1995.

LUCENA, W. G. L.; MARINHO, R. A. L. Competências financeiras: uma análise das decisões financeiras dos discentes no tocante as finanças pessoais. In: XVI SEMINÁRIOS EM ADMINISTRAÇÃO, 2013, São Paulo. **Anais...** São Paulo: XVI SEMEAD FEA-USP, 2013.

LUCKE, V. A. C.; FILIPIN, R.; BRIZOLLA, M. M. B.; VIEIRA, E. P. Comportamento financeiro pessoal: um comparativo entre jovens e adultos de uma cidade da região noroeste do estado do RS. **Anais...** dos Seminários em Administração, São Paulo, Brasil, 2014.

MEDEIROS, G. M. M. et al. Endividamento e Literacia Financeira na Perspectiva dos Consumidores Endividados no Cartão de Crédito. In: XXXVIII EnANPAD, 2014, Rio de Janeiro. **Anais eletrônicos**. Rio de Janeiro, 2014. Disponível em: <[http://www.anpad.org.br/admin/pdf/2014\\_EnANPAD\\_MKT2173.pdf](http://www.anpad.org.br/admin/pdf/2014_EnANPAD_MKT2173.pdf)>. Acesso em: 11 abr. 2016.

MENDES-DA-SILVA, W.; NAKAMURA, W. T.; MORAES, D. C. Credit card risk behavior on college campuses: evidence from Brazil. **BAR Brazilian Administration Review**, v. 9, p. 351-373, 2012.

MIOTTO, A. P. S. C. **Antecedentes e consequências da gestão das finanças domésticas: uma investigação com consumidores da classe**. 2013. 164 f. Tese (Doutorado em Administração)- Fundação Getúlio Vargas, São Paulo, 2013.

MORAIS, L. F. M. **Determinantes e efeitos do endividamento das famílias em Portugal**. 2013. 81f. Dissertação (Mestrado em Contabilidade e Finanças)- Instituto Politécnico de Bragança, Bragança, 2013.

MOURA, A. G. D. **Impacto dos diferentes níveis de materialismo na atitude ao endividamento e no nível de dívida para financiamento do consumo nas famílias de baixa renda do município de São Paulo**. [Dissertação de Mestrado] EAESP - Escola de Administração de Empresas de São Paulo. Fundação Getúlio Vargas. São Paulo, p. 174. 2005.

MULLER, K. O. **Sociedade de consumo e cultura do endividamento: estudo de caso sobre compradores compulsivos em Porto Alegre, RS**. Trabalho de conclusão de curso (Graduação em Ciências Sociais)- Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2010.

NEVES, V. Crédito à habitação: será o endividamento dos portugueses excessivo? **Notas económicas**, Coimbra, n. 14, 2000. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/10316.2/25257>>. Acesso em: 04 abr. 2016.

OBSERVATÓRIO DO ENDIVIDAMENTO DOS CONSUMIDORES. **Endividamento e sobre-endividamento das famílias: Conceitos e estatísticas para sua avaliação**. Centro de Estudos Sociais da Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, 2002.

OBSERVATÓRIO DO ENDIVIDAMENTO DOS CONSUMIDORES. **Endividamento e sobreendividamento das famílias: conceitos e estatísticas para sua avaliação**. Coimbra, 2002.

OLIVATO, H.; SOUZA, P. K. L. Endividamento: Um Estudo Preliminar dos Fatores Contribuintes. **Anais...** do Encontro Científico e Simpósio de Educação Unisalesiano, Lins, SP, Brasil, 2007.

ORGANISATION FOR ECONOMIC CO-OPERATION AND DEVELOPMENT. (OECD, 2013). Financial literacy and inclusion: Results of OECD/INFE survey across countries and by gender. **OECD Publishing**. Disponível em: <[http://www.oecd.org/daf/fin/financialeducation/TrustFund2013\\_OECD\\_INFE\\_Fin\\_Lit\\_and\\_Incl\\_SurveyResults\\_by\\_Country\\_and\\_Gender.pdf](http://www.oecd.org/daf/fin/financialeducation/TrustFund2013_OECD_INFE_Fin_Lit_and_Incl_SurveyResults_by_Country_and_Gender.pdf)>. Acesso em: 15 abr. 2013.

PICCINI, R. A. B.; PINZETTA G. Planejamento Financeiro Pessoal e Familiar. **Unoesc & Ciência - ACSA**, v. 5, n. 1, p. 95-102, 2014.

PLAGNOL, A. C. Financial satisfaction over the life course: the influence of assets and liabilities. **Journal of Economic Psychology**, v.32, p. 45-64, 2011.

PONCHIO, M. C. **The Influence of Materialism on Consumption Indebtedness in the Context of Low Income Consumers From the City of Sao Paulo**. 2006. 175 p. Tese (Doutorado em Administração)- Fundação Getúlio Vargas, São Paulo, 2006.

PORTER, N. M.; GARMAN, E. T. Testing a conceptual model of financial well-being. **Financial Counseling and Planning**, v. 4, p. 135-165, 1993.

RÊGO, W. D. L.; PINZANI, A.. Liberdade, dinheiro e autonomia. O caso da Bolsa Família. **Revista Política & Trabalho**, v. 1, n. 38, 2013.

SANTOS, A. C.; SILVA, M. Importância do planejamento financeiro no processo de controle do endividamento familiar: um estudo de caso nas regiões metropolitanas da Bahia e Sergipe. **Revista Formadores: Vivências e Estudos**, v. 7, n. 1, p. 05-17, 2014.

SERVIÇO DE PROTEÇÃO AO CRÉDITO (SPC). **80% dos brasileiros preferem o cartão na hora de parcelar, mas só um terço conhece os juros cobrados**. 2014. Disponível em: <<https://www.spcbrasil.org.br/pesquisas/pesquisa/903>>. Acesso em: 11 abr. 2016.

SERVIÇO DE PROTEÇÃO AO CRÉDITO (SPC). **Análise da educação financeira: dívidas**, 2016. Disponível em: <[https://www.spcbrasil.org.br/uploads/st\\_imprensa/analise\\_educacao\\_financeira\\_dividas2.pdf](https://www.spcbrasil.org.br/uploads/st_imprensa/analise_educacao_financeira_dividas2.pdf)>. Acesso em: 11 abr. 2016.

SERVIÇO DE PROTEÇÃO AO CRÉDITO (SPC). **Análise da educação financeira: habilidades**. 2014. Disponível em: <<https://www.spcbrasil.org.br/wpimprensa/wp-content/uploads/2016/04/Analise-Educacao-Financeira-Habilidades-1.pdf>>

SHOCKEY, S. S. **Low-wealth adults financial literacy, money management behavior and associates factors, including critical thinking**. 2002. 740 f. Thesis, Ohio State University, Utah, 2002.

TOLOTTI, M. **As armadilhas do consumo: acabe com o endividamento**. Elsevier, 2007.

TRINDADE, L. L.; RIGHI, M. B.; VIEIRA, K. M. De onde vem o endividamento feminino? Construção e validação de um modelo PLS-PM. **Revista Eletrônica de Administração**, v. 18, n. 3, p. 718-746, 2012.

TRINDADE, L. L.; RIGHI, M. B.; VIEIRA, K. M. De onde vem o endividamento feminino? Construção e validação de um modelo PLS-PM. **Revista Eletrônica de Administração**, v. 18, n. 3, p. 718-746, 2012.

VAN RAAIJ, W. F.; GIANOTTEN, H. J. Consumer confidence, expenditure, saving, and credit. **Journal of Economic Psychology**, v. 11, n. 2, p. 269-290, 1990.

VIEIRA, K. M. *et al.* Níveis de Materialismo e Endividamento: Uma Análise de Fatores Socioeconômicos na Mesorregião Central do Estado no Rio Grande Do Sul. **Revista de Administração, Contabilidade e Economia da Fundace**, v. 5, n. 2, 2014.



VIEIRA, K. M. *et al.* Níveis de Materialismo e Endividamento: Uma Análise de Fatores Socioeconômicos na Mesorregião Central do Estado no Rio Grande Do Sul. **Revista de Administração, Contabilidade e Economia da Fundace**, v. 5, n. 2, 2014.

VIEIRA, K. M.; FLORES, S. A. M.; CAMPARA, J. P. Propensão ao Endividamento no Município de Santa Maria (RS): verificando diferenças em variáveis demográficas e culturais. **Teoria e Prática em Administração**, v. 4, n. 2, p. 180-205, 2015.

WANG, L.; LU, W.; MALHOTRA, N. K. Demographics, attitude, personality and credit card features correlate with credit card debt: A view from China. **Journal of Economic Psychology**, v. 32, n. 1, p. 179-193, 2011.

ZERRENNER, S. A. **Estudo sobre as razões para o endividamento da população de baixa renda**. 2007. Dissertação (mestrado em administração), Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.